LIDO Na Sessão de: 106 18022



LEITURA NA SESSÃO

108

Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Cáceres

PROTOCOLO	Em <u>20 / 06/2022</u> Hrs08,27 Sob n° 264	Ass.: thismi sho

/		
	Projetos De Lei	Ī
1	Projeto De Decreto Legislativo	
	Projeto De Resolução	,
X	Requerimento	
	Indicação	
	Moção	
	Emenda	1

Nº 126 / 2022

Presidente da Câmara

APROVADO

REJEITADO

Presidente da Câmara

AUTOR: CÉZARE PASTORELLO

SOLIDARIEDADE

O Vereador Cézare Pastorello, Solidariedade, propõe ao Augusto e Soberano Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente à Excelentíssima Prefeita de Cáceres, Eliene Liberato, consubstanciado no seguinte requerimento:

CONSIDERANDO não ter sido publicado, ainda este ano, o Relatório de Obras em Andamento, vimos requerer, em relação a todas as obras ainda não iniciadas ou não concluídas do Município de Cáceres:

1. Número do contrato administrativo; objeto do contrato; data de início; data de fim; valor total; valor de recurso próprio; valor origem externa; % de execução física; % de execução financeira; situação atual da obra; fiscal do contrato.

Sala das sessões, 19 de junho de 2022.

CEZARE

Assinado de forma

PASTORELLO

digital por CEZARE **PASTORELLO**

MARQUES DE MARQUES DE PAIVA:83765

PAIVA:83765484504 Dados: 2022.06.19

484504

16:53:44 -04'00'

Solidariedade

Este documento contém anexo, que vai digitalmente assinado nos termos da Lei Nº 14.063/2020.

JUSTIFICAÇÃO

Para o exercício da função de fiscalização do Poder Legislativo quanto ao Patrimônio Municipal.

LEGALIDADE

Com fulcro no Art. 40, III, da Lei Orgânica Municipal, e do art. 3º, § 3º e 4º, do Regimento Interno desta casa, e Art. 74, XXX, in verbis:

Art. 74. Compete privativamente ao Prefeito:

[...]

XXX - prestar à Câmara Municipal, por ofício, <u>dentro de trinta</u> <u>dias</u>, as informações solicitadas pela mesma e referentes aos negócios do Município, sem prejuízo de fazê-lo na forma do artigo 22, X, desta lei Orgânica;

Diante disso, e considerando-se que se caracterizam como **Crimes de Responsabilidade**, com previsão decreto-Lei 201/1967, **independentemente do pronunciamento da Câmara Municipal:**

Art. 1º

[...]

XIV - Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;

Resta demonstrada que a esperada resposta a este requerimento no prazo e modo são imprescindíveis para a garantia da legalidade e da segurança da soberania democrática, e que o atraso injustificado é atentatório à harmonia entre os poderes, por cercear o exercício da atividade fiscalizatória do legislativo.

Sala das sessões, 19 de junho de 2022.

Cázans Pastorello Verendor Cezare Pastorello Solidariedade